

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito 3



Atena
Editora
Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito 3



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N28 A natureza e o conceito do direito 3 [recurso eletrônico] /
 5 Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.
 – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-360-6

DOI 10.22533/at.ed.6060201109

1. Direito – Filosofia. 2. Direito do trabalho.
 I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 340

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A NATUREZA E O CONCEITO DO DIREITO – VOL. III, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com situações sociais que exercem no sistema jurídico a necessidade de mudar, atualizar e assim se mostrar atualizado frente as demandas da comunidade.

Em cinco divisões estão debates que circundam direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos; direito e os hipossuficientes; universo criminal, violências e o sujeito feminino; meio ambiente, direito e a realidade agro; e direito e educação.

De início, direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos nos traz análises interessantes como decisão da corte interamericana sobre realidade nacional, constitucionalismo brasileiro alicerçado em lições de fraternidade e solidariedade, discussões sobre a principiologia constitucional, resguardo da imagem mesmo de pessoas reconhecidas socialmente, bem como restauro da ordem social por meio de mecanismos de resolução de conflitos e mediação, práticas de um novo direito para uma nova sociedade que urge em busca de decisões rápidas e eficientes.

No direito e os hipossuficientes são verificadas contribuições que versam sobre direito migratório, regulação jurídica do trabalho migrante, direito a afetividade do menor, seja criança ou adolescente, PJe e o acesso, ou falta dele, para a pessoa idosa, além do ex-apanado e mercado de trabalho.

Em universo criminal, violências e o sujeito feminino são encontradas questões como política criminal da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, superlotação carcerária e ineficácia das alternativas até então apresentadas, discurso midiático, violência e feminicídio, opressão vivenciada pela mulher, perfil dos assassinatos e feminicídios no Ceará, bem como a justiça restaurativa como instrumento de resgate para mulheres que sofrem violência.

No debate meio ambiente, direito e a realidade agro é contemplada reflexão sobre direitos ambientais, responsabilização ambiental, agrobiodiversidade e preservação de sementes, como também o contrato de integração vertical agroindustrial.

Por fim, direito e educação aborda direito à educação, ensino jurídico, perspectiva waratiana, direito vivo e educação como elemento basilar para uma cultura de paz.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO TRABALHADORES FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL

Kelly Cristina de Oliveira Melo

DOI 10.22533/at.ed.60602011091

CAPÍTULO 2..... 15

FRATERNIDADE E SOLIDARIEDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA AO HUMANISMO

Ildete Regina Vale da Silva

Paulo de Tarso Brandão

DOI 10.22533/at.ed.60602011092

CAPÍTULO 3..... 30

A ESTABILIZAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA, REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Tamires Cristina Jacinto de Lima

Luiz Gustavo Simões Valença de Melo

DOI 10.22533/at.ed.60602011093

CAPÍTULO 4..... 48

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA GARANTIA DO DIREITO À EXPLICAÇÃO

Lara Oliveira Souza

DOI 10.22533/at.ed.60602011094

CAPÍTULO 5..... 58

TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À IMAGEM DAS “PESSOAS PÚBLICAS”

Patricia Simm

DOI 10.22533/at.ed.60602011095

CAPÍTULO 6..... 73

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E UTILIZAÇÃO DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA A RESTAURAÇÃO DA HARMONIA SOCIAL

Taís Eduarda Rostirolla

Tatiana Martins do Amaral

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

DOI 10.22533/at.ed.60602011096

CAPÍTULO 7..... 88

UM ESTUDO ACERCA DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO E DA SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE TAQUARA/RS NO ANO DE 2018

Éder Machado de Oliveira

Tatiana Martins do Amaral

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

DOI 10.22533/at.ed.60602011097

CAPÍTULO 8..... 102

DIREITO MIGRATÓRIO: UMA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DOS HAITIANOS EM CURITIBA

Gianluca Nicochelli

Filipe Martins Macedo

DOI 10.22533/at.ed.60602011098

CAPÍTULO 9..... 116

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A (DES) REGULAÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO MIGRANTE

Thais Helena Alves Rossa

DOI 10.22533/at.ed.60602011099

CAPÍTULO 10..... 127

DIREITO A AFETIVIDADE COMO REGULADOR DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E INFLUENCIADOR SOCIAL

Melyssa Mendonça Araújo

Renan Nogueira de Oliveira

Sávio de Oliveira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.606020110910

CAPÍTULO 11..... 135

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E O (DES)ACESSO À JUSTIÇA DO IDOSO NO BRASIL

Keite Crisóstomo Bezerra

Carolina Yukari Veludo Watanabe

DOI 10.22533/at.ed.606020110911

CAPÍTULO 12..... 146

AS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS EX-APENADOS NA INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

Ana Luiza Gomes de Abreu

Cristiana Russo Lima da Silva

Diêgo Lima Maciel

DOI 10.22533/at.ed.606020110912

CAPÍTULO 13..... 156

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CRIMINAL DA TRANSMISSÃO DO HIV/Aids COM BASE NO DIREITO SISTÊMICO

Monica Paraguassu Correia da Silva

DOI 10.22533/at.ed.606020110913

CAPÍTULO 14.....	168
A INEFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS PENAIS COMO FORMA DE COMBATE À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA	
Matheus de Quadros	
DOI 10.22533/at.ed.606020110914	
CAPÍTULO 15.....	178
MÍDIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: O DISCURSO DA INSEGURANÇA E DO MEDO E SUAS CONSEQUENTES VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS NAS NOTÍCIAS VEICULADAS POR PROGRAMAS POLICIAIS	
Gabriela Moreira d'Assumpção Torres	
DOI 10.22533/at.ed.606020110915	
CAPÍTULO 16.....	193
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA PERSISTÊNCIA DO FEMINICÍDIO	
Carolina de Araújo Oliveira da Silva	
Pedro Amaral de Lima Spindola	
DOI 10.22533/at.ed.606020110916	
CAPÍTULO 17.....	202
A OPRESSÃO E A DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO FEMININO	
Filipe Galatti Marchiori	
Priscila Silveira Duarte Pasqual	
DOI 10.22533/at.ed.606020110917	
CAPÍTULO 18.....	215
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DO PERFIL DE ASSASSINATOS E FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ	
Laríssia Cândido Cardoso	
Teófilo Silva Primo Correia	
Delmair Oliveira Magalhães Luna Filha	
Pedro Yan Alexandre Barbosa Kennedy	
Grayce Alencar Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.606020110918	
CAPÍTULO 19.....	224
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Bruna de Carvalho Fagundes de Lima	
Juliana de Sousa Barbosa	
Jones Mariel Kehl	
Tatiana Martins do Amaral	
Daniele Weber da Silva Leal	
DOI 10.22533/at.ed.606020110919	

CAPÍTULO 20	237
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS AMBIENTAIS E DIFUSOS E O AMBIENTE QUE VIVEMOS	
<i>Armando Luciano Carvalho Agostini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.606020110920	
CAPÍTULO 21	254
A TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO: ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL	
<i>Aprígio Teles Mascarenhas Neto</i>	
<i>Francisco Sávio Ponte</i>	
<i>Mario Antônio Macedo de Sousa</i>	
<i>Maria Celina Lemos Macedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.606020110921	
CAPÍTULO 22	268
AGROBIODIVERSIDADE E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES: A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE EM REDE NA EFETIVAÇÃO DESSE DIREITO	
<i>Francieli lung Izolani</i>	
<i>Jerônimo Siqueira Tybusch</i>	
DOI 10.22533/at.ed.606020110922	
CAPÍTULO 23	282
O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO VERTICAL AGROINDUSTRIAL NA LEI 13.288/16 E A INCOMPLETUDE CONTRATUAL NO SETOR DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DO MERCADO AGROEXPORTADOR DE CARNES	
<i>David Kenji Itonaga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.606020110923	
CAPÍTULO 24	302
DO DIREITO DA EDUCAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO	
<i>Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria</i>	
<i>Luiza Rodrigues Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.606020110924	
CAPÍTULO 25	312
O ENSINO JURÍDICO EM UMA PERSPECTIVA WARATIANA	
<i>Aleteia Hummes Thaines</i>	
<i>Marcelino da Silva Meleu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.606020110925	
CAPÍTULO 26	325
O DIREITO VIVO DE EUGEN EHRLICH E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
<i>Adriano Delfino Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.606020110926	

CAPÍTULO 27	339
EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ E A INTERDISCIPLINARIDADE NA NEG-MED-ARB	
Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria	
Luiza Rodrigues Costa	
Fernanda Rodrigues Costa	
DOI 10.22533/at.ed.606020110927	
SOBRE O ORGANIZADOR	352
ÍNDICE REMISSIVO	353

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CRIMINAL DA TRANSMISSÃO DO HIV/AIDS COM BASE NO DIREITO SISTÊMICO

Data de aceite: 01/09/2020

Monica Paraguassu Correia da Silva

Université Paris 1-Panthéon.Sorbonne
Universidade Federal Fluminense-RJ,UFF.
<http://lattes.cnpq.br/9941240295304198>

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar um estudo sobre a perspectiva filosófico-jurídico-penal-constitucional da transmissão do vírus da imunodeficiência humana (HIV)/síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e a necessidade de medidas preventivas de educação-informação. O estudo foi feito a partir das perspectivas das disciplinas do humanismo jurídico, da política criminal, da psicologia e da mecânica quântica, com base no direito sistêmico, forjado nas três ordens do amor da filosofia-psicologia de Bert Hellinger, chamada constelação familiar. Este artigo é o resultado do estudo feito pela autora, reproduzido no livro *A transmissão do HIV/Aids no humanismo jurídico*.

PALAVRAS-CHAVE: humanismo jurídico; transmissão do HIV/Aids; direito sistêmico.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to present the study on the criminal-constitutional philosophical-legal of the transmission of the human immunodeficiency virus (HIV)/acquired immunodeficiency syndrome (AIDS) and the need for preventive education-information measures. The study was made from the perspectives of the disciplines of legal humanism, criminal policy, psychology and quantum mechanics based on systemic

law, forged in the three orders of love of Bert Hellinger's philosophy-psychology called family constellation. This article is the result of the study by the author, reproduced in the book *The transmission of HIV/Aids in legal humanism – A transmissão do HIV/Aids*.

KEYWORDS: legal humanism; HIV/Aids transmission; systemic law.

1 | INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento da reflexão crítica sobre o objeto deste trabalho, qual seja, o problema da transmissão do HIV/Aids em meio às respostas tradicionais voltadas à criminalização segundo política criminal punitiva, são buscadas respostas que possam nortear uma política criminal com relevo preventivo, e nesse sentido, mais de acordo com as bases do humanismo jurídico. O percurso nesse estudo é o de salientar a hipótese da necessidade da ênfase da importância da prevenção por meio de medidas de informação e educação sobre aquela transmissão, como sendo capazes de permitir a concretização do direito à informação e à não discriminação para além dos clichês em moda, de forma que a responsabilidade sobre as próprias condutas, que desencadeiam em contaminação, seja a realidade. Isto, partindo das bases do Estado Democrático e de Direito como o único campo em que pode haver o humanismo jurídico.

Sendo assim, para a análise do objeto se pretende colocar em foco a efetivação da perspectiva da universalização dos direitos humanos, considerando as referências da realidade social das relações afetivo-sexuais consensuais, bem como a necessidade de superação do ‘sentimentalismo tóxico’, que sustenta a vitimização ou o coitadismo, que afugenta responsabilidades individuais. As particularidades próprias ao binômio da questão relações sexuais consensuais e transmissão do HIV/Aids levam à necessidade de superação do *mindset* fixo para um *mindset* de crescimento, e portanto, à uma mudança de mentalidade de forma a fazer com que a responsabilidade do indivíduo o situe em seu estado adulto.

A metodologia utilizada neste trabalho é identificada como sendo a de um estudo jurídico, teórico e interdisciplinar. A interdisciplinaridade está nas referências do humanismo jurídico de Delmas-Marty e dos termos jurídico-filosófico-psicológico do direito sistêmico da filosofia-psicologia de Bert Hellinger, conhecida como constelação familiar, cujas leis são as da hierarquia, do pertencimento e do equilíbrio. Tais referências podem permitir fundamentação teórica com medidas preventivas para o problema da transmissão em questão, trazendo a vítima para dentro do processo de respostas de política criminal, ao tempo em que é possível afastar as medidas punitivas do direito penal do emaranhado (PARAGUASSU, 2019).

Dessa forma, como consequência, a vítima passa a ser recolocada no processo penal como sujeito ativo, superando o que se chama de emaranhamento (termo trazido da mecânica quântica) dentro dessa filosofia, já que participa de forma consensual da relação sexual em que houve a transmissão do vírus. Nessa reflexão, são tomadas, então, as referências da vítima ativa dentro do processo penal, com a possibilidade de perdão como também de reconhecimento de seu consentimento ou auto colocação em risco da teoria da imputação objetiva, evitando, por fim que se crie a condição de exclusão em relação ao parceiro.

O artigo traz alguns dos principais resultados da pesquisa que foi desenvolvida sobre o tema, a partir de 2000, que se desencadeou em livro publicado em 2018, pela editora da UFF, Eduff, mediante seleção feita pelo edital de 2013.

Antes de passar ao desenvolvimento do artigo, esta introdução é finalizada apontando as três partes da abordagem aqui presente, que se intitulam de forma crescente como sendo as seguintes: 1 – *Em busca de uma resposta conciliadora na situação de transmissão do HIV/Aids em relações afetivo-sexuais*; 2 – *Direito constitucional à não discriminação e o medo*; 3 – *O risco compartilhado nas relações afetivo-sexuais e o HIV/Aids*; 4 – *O espaço para o perdão na relação entre hierarquia e pertencimento e Conclusão ou Para ir mais além*.

21 EM BUSCA DE UMA RESPOSTA CONCILIADORA NA SITUAÇÃO DE TRANSMISSÃO DO HIV/AIDS EM RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

O que acontece com os agressores? De onde vem essa necessidade humana de vingança? Essa indignação simplesmente brota no peito? Eu notei que, normalmente, a indignação não vem das vítimas, mas daqueles que se acham no direito de representar as vítimas. Eles reclamam ilicitamente para si o direito de ficar zangados com os agressores, sem ter passado pelo sofrimento. Como recebem o apoio da maioria, nem mesmo correm o risco de serem responsabilizados pelo desejo de vingança contra os agressores. Aqui existe uma curiosa semelhança entre os indignados e os agressores, exatamente aqueles que são criticados. Os primeiros consideravam-se superiores e por isso se sentiram no direito de atacar e aniquilar os outros (HELLINGER, 2007^a,p129).

A questão da transmissão do HIV/Aids, segundo o modelo de política criminal Estado-Sociedade Liberal, portanto, do Estado Democrático e de Direito, permite a perspectiva do humanismo jurídico (DELMAS-MARTY,1992). Dessa forma, permite uma compreensão da aplicação de infrações e de sanções de forma a atender os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Neste sentido, a questão se insere na necessidade de um olhar não voltado propriamente à punição, mas à prevenção, com resposta restauradora-conciliatória, portanto, a mudança do *mindset* fixo (DWECK, 2017), de forma a evitar que se formem emaranhamentos em relação a excluídos.

Sendo a transmissão do HIV/Aids uma questão complexa por envolver indivíduos portadores de vírus ou/e de doença que, portanto, tem a saúde atingida, possui agentes em situação de fragilidade, sendo então a resposta restauradora-conciliatória a adequada, capaz inclusive de exercer uma tarefa pedagógica. Isto leva ao abandono de situações de estigmatização de comportamentos e grupos, ao mesmo tempo em que deve gerar repercussões em mudanças de atitudes de forma a que o indivíduo passe do estado criança para o estado adulto. Isso significa que deverá passar para o estado em que assume suas responsabilidades, logo, despidas do que Dalrymple chama de 'sentimentalismo tóxico' (2015), que conduz o indivíduo à situação de vitimização.

O direito sistêmico é um meio que vem sendo construído com esse caráter de busca de respostas restauradoras-conciliatórias. Consiste de um direito associado a um instrumental fenomenológico e teórico da filosofia-psicologia de Bert Hellinger, conhecido enquanto terapia da constelação familiar. A interdisciplinaridade é colocada também em perspectiva nas referências do humanismo jurídico de Delmas-Marty(1992).

Essa perspectiva terapêutica se apresenta alinhada na forma de três leis ou ordens do amor, a saber, hierarquia, equilíbrio e pertencimento. A busca de tal alternativa aparece na tentativa de reconstrução das relações interpessoais afetivo-sexuais, tal como no caso de transmissão do HIV/Aids, que estão atingidas por lesões advindas por conflitos,

reconstrução essa de forma a superar a visão de vingança entre opositores, da vingança contra seu agressor, portanto, de forma a evitar emaranhamentos, e por fim, exclusões.

O direito constitucional à não discriminação, de forma a superar o velho medo do outro, deve estar associado ao direito à informação-educação, conforme é abordado abaixo.

3 | DIREITO CONSTITUCIONAL À NÃO DISCRIMINAÇÃO E O MEDO

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. "Medo" é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito _ do que pode e do que não pode _ para fazê-la parar ou enfrenta-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance (BAUMAN, 2008, p8).

A falta da fala sobre determinado assunto vincula o silêncio à não efetivação do direito à igualdade e à não discriminação, e assim, o resultado é o de produção de emaranhados, segundo o direito sistêmico. Historicamente, práticas foram consideradas *mal-ditas*, portanto, não faladas ou faladas de forma negativa ou insuficientemente faladas, reveladas, trazidas à tona ou à compreensão, o que leva a situar o autor das práticas como o outro. Assim sendo, a educação aliada à informação está no processo de esclarecimento, como forma de jogar luz sobre o desconhecido, o *maldito*, o outro. É possível refletir sobre a natureza humana em relação à educação ou à sua falta, na metáfora da caverna de Platão, em que homens permanecem no erro, como que amarrados sem poder olhar para fora dos limites que lhes aprisionam, se fazendo submeter, assim como na fábula de Orwell.

Dois variáveis estão presentes à compreensão da violência no grupo social, portanto, a harmonia e o conflito. Ou se considera que a sociedade vive pela gestão harmônica e a violência ocorre eventualmente, ou a sociedade é de conflito e a violência ocorre porque a humanidade gera sempre um resto (FORBES,2005), fruto da vontade, do desejo potencial, e dessa forma, existe sempre o medo do outro. A possibilidade de conciliação, conforme explica Rouland (2003, p 123), está presente quando há vínculos preexistentes, portanto quando o outro não é tão o outro, aquele tão distante, tão diferente:

Nossas sociedades modernas não escapam à regra. A guerra civil é sempre apresentada como um mal superior à guerra entre estrangeiros. De outro lado, todas as experiências que tendem a favorecer os procedimentos de solução dos conflitos baseados mais na conciliação do que no julgamento mostram que eles alcançam melhor resultado ainda quando as partes possuem vínculos preexistentes (de parentesco, afetivos, associativos, residenciais etc.): apesar de suas aparências pacíficas e da ritualização da violência que opera, o processo é mesmo um tipo de guerra, em todo caso um combate.

O acesso à informação sobre o HIV/Aids deve superar o medo, pois que este pode alcançar dimensões maiores pela via da epidemia. Como está presente na história das humanidades, temos o exemplo medieval, em que a epidemia comparecia como razão para o medo ao lado de seus complementares, como o da fome, o da violência, o do outro e o do além, num ciclo vicioso do medo (DUBY,1995).

A sociedade no seu processo constante de construção do humanismo jurídico precisa criar estratégias constantes de enfrentamento das dificuldades, tais como para o combate à discriminação, que no limite implica em evitar emaranhamentos e exclusões. O caminho para isso passa pelo direito constitucional à informação-educação, na medida em que se teme de forma desmedida o que não se conhece. Tal como diz Bauman, o medo difuso é assustador, dada a sua incerteza e a nossa ignorância.

Dessa forma, a superação dos riscos de epidemia impõe a necessidade de uma política pública de saúde coletiva voltada ao atendimento do direito à informação-educação. A promoção da saúde implica em institucionalização da gestão do sistema nacional de vigilância ambiental, cujos objetivos concernem o conhecimento e o estímulo à interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento, voltado ao fortalecimento da participação da população. A gestão da saúde nesse sentido se mostra em complementaridade na busca pela qualidade de vida (FREITAS, 2003).

Em seguida, é salientada a questão da prevenção do risco nas relações afetivo-sexuais em relação ao vírus HIV/Aids.

4 | O RISCO COMPARTILHADO NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E O HIV/AIDS

Quando alguém tem uma culpa pessoal, ela é uma fonte de força, desde que seja reconhecida. No momento em que alguém reconhece a própria culpa, deixa de sentir-se culpado. Esse sentimento se infiltra quando a culpa é reprimida ou não é reconhecida. Quem reconhece a própria culpa se fortalece, pois ela se manifesta como força. Quem nega sua culpa e se esquivava de suas consequências tem sentimento de culpa e é fraco. A culpa que alguém possui capacita-o a fazer coisas boas. Ele não teria tido força para fazê-las se antes não tivesse reconhecido essa culpa (HELLINGER, 2007^a, p61).

A política criminal contra a transmissão do HIV/Aids, desenvolvida em bases do direito sistêmico forjado pela filosofia-psicologia da constelação familiar de Hellinger, permite que possa haver uma aplicação do direito dentro de parâmetros mais coerentes, com maior previsibilidade de serem eficazes. As três leis do amor daquele autor são os pilares de vanguardista perspectiva para a solução de conflitos, segundo uma justiça restaurativa, portanto, são elas, conforme já dito acima, a hierarquia, o pertencimento e o equilíbrio.

O propósito do direito penal com base no humanismo jurídico não se restringe a uma ideia punitiva convencional, mas inclui a base da prevenção presente no caráter retributivo da pena, dentro da perspectiva dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Neste sentido, a afetação das leis do amor às situações de transmissão do HIV/Aids em relações consensuais permitiria um lastro maior de compreensão dos comportamentos, de forma a trazer a participação da vítima para a análise do caso, de tal forma que pudesse permitir o ponto do equilíbrio em relação à ação do autor. Nesse diapasão, também é possível compreender as soluções objetivas da auto colocação da vítima em risco ou consentimento do ofendido (ROXIN, 2006).

Nessa análise apontada no parágrafo acima, o casal-penal, o autor e a vítima estão em relação de pertencimento na relação afetivo-sexual, compartilhando as responsabilidades, onde o segundo se coloca em risco:

a auto colocação vem exatamente para solucionar aqueles casos em que a própria vítima criou o risco para seu próprio bem jurídico, não devendo o direito penal incidir dentro dos seguintes limites, a) auto colocação só serve para bens jurídicos individuais e só pode ser considerada nos casos em que a vítima for maior de dezoito anos e estiver no pleno uso de sua capacidade mental; b) para que ocorra a auto colocação em risco relevante, a vítima deve agir voluntariamente e deve estar ciente dos riscos a que exporá seu bem jurídico; c) na auto colocação em perigo, o comportamento livre e consciente da vítima deve ser determinante para a consecução de um resultado lesivo que, em princípio, não foi desejado por nenhuma das partes (GRECO, 2004, P166).

A auto colocação da vítima em risco parte do pressuposto de que a vítima “não pode mais ser entendida como um ser inerte face ao crime; observamos que não só ela interage com o autor do crime, como, em alguns casos, pode até criar o risco para si própria, colocando-se em uma situação que a levará ao resultado danoso” (GRECO, 2004, p 103).

Isso implicaria na compreensão do problema de forma a evidenciar coerência em relação ao dispositivo do tipo penal do artigo 131 do código penal, utilizando as referências do pertencimento na relação, assim como a necessidade de equilíbrio entre o dar e o receber. O elemento psicológico do tipo na forma de dolo eventual não deve ser encontrado em situações de relações consensuais, em que ambos os parceiros estariam dispostos na relação afetivo-sexual. Esse instrumento também não contempla a visão de culpa, tal como no caso da negligência na exposição ao risco pelo não uso de preservativo.

A partir do mesmo entendimento, é possível considerar que haja a excludente de ilicitude do estado de necessidade em razão da configuração do direito de necessidade, na medida em que não poderia ser exigido um sacrifício, enquanto um dever superior ao próprio da pretensa vítima, a quem caberia também considerar a exposição ao risco na

busca do prazer. Isto, em se considerando, haja vista, que desejo não é ordem (GIKOVATE, 2010, P 27).

Essas soluções acima são alternativas para que as ordens do pertencimento e do equilíbrio entre o dar e o receber possam estar presentes, de forma a que possa ser encarada a perspectiva de uma justiça restaurativa e conciliatória. Nesse sentido, segue a abordagem da relação entre hierarquia e pertencimento presente no resgate da participação da vítima no processo.

51 O ESPAÇO PARA O PERDÃO NA RELAÇÃO ENTRE HIERARQUIA E PERTENCIMENTO

Eu notei que, normalmente, a indignação não vem das vítimas, mas daqueles que se acham no direito de representar as vítimas. Eles reclamam ilicitamente para si o direito de ficar zangados com os agressores, sem ter passado pelo sofrimento. Como recebem o apoio da maioria, nem mesmo correm o risco de serem responsabilizados pelo desejo de vingança contra os agressores. Aqui existe uma curiosa semelhança entre os indignados e os agressores, exatamente aqueles que são criticados. Os primeiros consideravam-se superiores e por isso se sentiram no direito de atacar e aniquilar os outros (HELLINGER, 2007b, p 129).

De acordo com o direito sistêmico, a atitude de restauração das relações é a pacífica de conciliação, que deve ser buscada de forma a que a justiça se faça quando todos se reconhecem como membros da 'grande alma' e dessa forma, todos podem assim chorar pelas vítimas. Esse caminho evita o *mindset* fixo punitivo da vingança. Do mesmo modo, essa superação também deve se dar pela via da recolocação da vítima no espaço originário, de modo a completar as leis do amor do direito sistêmico, por meio da hierarquia em relação ao pertencimento.

O campo público de solução de conflitos da heterocomposição retirou a vítima do processo da autocomposição. Agressor e vítima originariamente estavam nas mesmas condições no processo penal, submetidos ao mesmo modo de prova. Entretanto, a mudança substituiu a vítima, tendo sido a vingança encoberta pela perspectiva da justiça abstrata. Essa retirada da condição de vítima a tirou da possibilidade do exercício do direito de perdão, o que feriu a lei da hierarquia do direito sistêmico, provocando um sentimento de não pertencimento, logo criando desequilíbrio.

Estando a vítima retirada do processo, de sua posição originária, a outra parte é obrigada a estar na posição de assumir toda a responsabilidade, podendo ser essa outra parte o réu ou a sociedade, o que nos dois casos fica revelado o desequilíbrio. Diz Hellinger (2007^a, p 61): "quando alguém assume a culpa e suas consequências em lugar de outro, isto o enfraquece. Pois com ela não é capaz de fazer algo de bom; pelo contrário, faz algo de mau. Além disso, enfraquece o outro, pois, assumindo a culpa em seu lugar, tira dele a

força para fazer com ela algo de bom”.

A partir disso, essa situação de desequilíbrio levou à impossibilidade do perdão por parte da vítima, dado o desnível gerado. Para explicar isso, Hellinger (2007^a, p 118) diz que:

Não se deve pedir perdão. Um ser humano não tem o direito de perdoar. Nenhum ser humano tem esse direito, quando alguém me pede perdão, empurra para mim a responsabilidade por sua culpa. Da mesma forma, quando alguém se confessa, empurra para o outro as consequências de seu comportamento. (...)No ato de perdoar existe sempre um desnível de cima para baixa, que impede uma relação de igualdade. Pelo contrário, se você diz: ‘Sinto muito’, você se coloca de rente para o outro. Então você preserva sua dignidade, e para a outra pessoa é bem mais fácil ir ao seu encontro do que se você lhe pedir perdão.”

Cabe ressaltar, que a perspectiva do perdão está na possibilidade de reconciliação de uma justiça restaurativa. Para isso, não se deixa de admitir a responsabilidade do réu. Entretanto, trata-se de uma perspectiva que admite entender o outro, revelando um perdão que não sobrepõe um indivíduo ao outro, pelo contrário, leva cada um a assumir suas responsabilidades, seu próprio destino, porém considerando a ligação de todos dentro da ‘grande alma’, que na mecânica quântica pode ser identificado como o vazio quântico.

6 I CONCLUSÃO OU PARA IR MAIS ALÉM

A pretensão do trabalho é a de colocar em relevo a necessidade de ultrapassar a utilização de política criminal contra a transmissão do HIV/Aids como resposta punitiva, no que concerne à questão de situações sexuais consensuais. A base teórica apontada é a do direito sistêmico desenvolvido a partir da filosofia-psicologia de Bert Hellinger, conhecida como constelação familiar, que forjou as três leis ou ordens do amor: o pertencimento, o equilíbrio e a hierarquia, que encontra seu entendimento em elementos da mecânica quântica.

Por conseguinte, vislumbra-se uma abordagem interdisciplinar capaz de permitir que uma reflexão mais coerente e profundamente humana se constitua, considerando, em meio à questão jurídico penal-constitucional, aspectos da filosofia-psicologia que entende o homem em sua tomada de consciência pelo reconhecimento de suas responsabilidades. Dessa forma, o homem não é tratado no seu estado criança por meio de um ‘sentimentalismo tóxico’, mas no seu estado adulto, autor de suas escolhas e responsável, portanto, por elas.

Para considerar todos esses elementos, são enfatizadas medidas preventivas de educação-informação sobre a doença e o modo de transmissão, portanto a ‘janela imunológica’, a necessidade do uso de preservativo e a corresponsabilidade da vítima, de modo a evitar a criminalização e o uso da lei penal como solução. Os institutos jurídicos da

exclusão da ilicitude como o estado de necessidade, assim como as teses de auto colocação em risco e de consentimento do ofendido também estão no cerne das respostas cogitadas, de forma a referendar a possibilidade de se buscar soluções dispostas à prevenção.

A perspectiva punitiva no caso do problema da transmissão do HIV/Aids não merece ser colocada em primeiro relevo, na medida em que se tem um indivíduo em situação de fragilidade da própria doença, ou possibilidade dela, o que dentro do campo teórico do direito sistêmico implicaria em criação de emaranhamentos e, por conseguinte, de exclusão, que ferem as leis do pertencimento, do equilíbrio e da hierarquia. Dada a peculiaridade da situação, deve ser um exercício de aplicação da experiência da justiça restaurativa do direito sistêmico, que considera tais leis.

A ruptura, nesse caso, do *mindset* fixo da punição (direito penal do emaranhado), permite considerar que a indignação que promove a vingança contra o agressor, perpetua um ciclo de vingança, um ciclo que reivindica, portanto, revivendo a vingança. O *mindset* de crescimento ultrapassa a perspectiva da punição para desenvolver a perspectiva de prevenção por meio de medidas educativas-informativas, enquanto medidas capazes de realizar ou efetivar direitos à informação e à não discriminação.

Trata-se, assim de um quadro teórico para um processo pedagógico de solução de conflitos, restaurativo, pacífico e conciliatório. Nessa solução, a vítima pode retomar o seu lugar originário de participação no processo penal, em que estava em situação de equilíbrio com o agressor. Desse modo, ambos podem assumir suas responsabilidades e tomar os seus próprios destinos, embora ligados pela grande alma ou vazio quântico.

REFERÊNCIAS

ACT UP-PARIS. <https://www.actupparis.org/>Acesso em: 18 jul.2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro:Ed. Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 2013.

BRASIL. Ministério de Saúde. *Coinfecção TB-HIV no Brasil: panorama epidemiológico e atividade colaborativas*. Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, volume 48, nº40, de 2017.

BRASIL. Ministério de Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. *Nota técnica sobre a criminalização da transmissão sexual do HIV*. Nota técnica n. 350/2009/D-DST-AIDS-HV/SVS/MS. Acesso em: 18 jul.2018.

BRASIL. Ministério de Saúde. Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, DST, Aids e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde, 1989, profissionais da saúde e membros da sociedade civil criaram com seu apoio a *Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids*, tendo sido aprovado no Encontro Nacional de ONG que Trabalham com Aids (ENONG), em Porto Alegre (RS). Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/direitos-fundamentais>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. *Recomendações para terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV, 2008*. Prevenção Positiva. Brasília, 2007. Disponível em: <http://data.unaids.org/pub/BaseDocument/2008/20080731_jc1513_policy_criminalization_en.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.

COMISSÃO SUÍÇA PARA QUESTÕES LIGADAS À AIDS. CFS - *Commission Fédérale pour les problèmes liés au Sida*. Disponível em: < www.bag.admin.ch/hiv_aids>. Acesso em: 15 jun. 2010.

DALRYMPLE, T. *Podres de mimados*. SP:É Realizações, 2015.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas – sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 2ª.ed. São Paulo:Planeta, 2014.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Modelos e movimentos de política criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

DWECK, Carol S. *Mindset: a nova psicologia do sucesso*. São Paulo:Ed.Objetiva, 2017.

DUBY, Georges. *An 1000 an 2000 sur les traces de nos peurs*. Paris: France Loisirs, 1995.

FORBES, Jorge. *Você quer o que deseja?* 5. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I - a vontade do saber*. 6ª.ed. São Paulo:Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Carlos Machado de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2013.

GIKOVATE, Flávio. *Sexo*. 4. ed. São Paulo: MG, 2010.

GIV.GRUPO DE INCENTIVO À VIDA. *Direitos humanos – Criminalização*. <http://www.giv.org.br/Publica%C3%A7%C3%B5es/Cartilha-Direitos-Humanos-Criminaliza%C3%A7%C3%A3o-da-Transmiss%C3%A3o.pdf> Acesso em: 13 jun. 2018.

GRECO, Alessandra Orcesi Pedro. *A autocolocação da vítima em risco*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. (Série Ciência do direito penal contemporânea, v. 7).

GRUPO PELA VIDA. Grupo pela valorização, integração e dignidade do doente de AIDs. Disponível em: <www.pelavida.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

HELLINGER, Bert. *A fonte não precisa perguntar pelo caminho*. 3ª edição. Goiânia/GO:Atman, 2012.

HELLINGER, Bert. *Ordens do amor*. São Paulo:Cultrix, 2007a.

HELLINGER, Bert. *Constelação familiar: o reconhecimento das ordens do amor*. Conversas sobre emaranhamentos e soluções. São Paulo:Cultrix, 2007b.

HIVLAWCOMMISSION. *Informe – o hiv e a lei*. 2012. Comissão Global sobre o Hiv e lei/Conselho Coordenador da UNAIDS/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)www.hivlawcommission.org
<http://www.giv.org.br/Publica%C3%A7%C3%B5es/Cartilha-Direitos-Humanos-Criminaliza%C3%A7%C3%A3o-da-Transmiss%C3%A3o.pdf> Acesso em: 18jun.2018.

HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos – uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.

MORAES, Guilherme Peña de. *Curso de direito constitucional*. 2. ed. rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2008.

MUCHEMBLED, Robert. *O orgasmo e o ocidente: uma história do prazer do século XVI a nossos dias*. São Paulo: M. Fontes, 2007.

ORWELL, Georges. *A revolução dos bichos*. SP: Ed.Abril Cultural, 1982.

PARAGUASSU Correia da Silva, Monica. *Direito penal do emaranhado*. RJ:Processo, 2019.

PARAGUASSU Correia da Silva, Monica. *A transmissão do Hiv/Aids no humanismo jurídico*. RJ:Eduff, 2018.

PARAGUASSÚ Correia da Silva, Monica. *Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome Prevention and Transmission Liability / A prevenção contravírus da imunodeficiência humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e responsabilidade da transmissão. DST - Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, v. 20, n. 10, p. 1-7, 2010.

PEREIRA,C; BELOQUI, J. Breve estudo a respeito da criminalização da transmissão do HIV/Aids nas relações consensuais. In: *Direitos Humanos – Criminalização. Projeto Prevenção Positiva e Adesão para a Vida*. <http://www.giv.org.br/Publica%C3%A7%C3%B5es/Cartilha-Direitos-Humanos-Criminaliza%C3%A7%C3%A3o-da-Transmiss%C3%A3o.pdf> Acesso em:18 jun.2018.

PLATÃO. *Mito da caverna*. Livro VII, de A República. SP: Ed.Martin Claret, 2012.

RIOS,RR; PIOVESAN, F. A discriminação por gênero e por orientação sexual. Seminário Internacional As minorias e o direito. *Cadernos CNJ* 24, pp 154-175.
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/693_609_riosroger.pdf. Acesso em: dez 2017.

RODRIGUES, Cristiano. *Teorias da culpabilidade e teoria do erro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito*. SP: Martins Fontes, 2003.

ROXIN, Claus. *Estudos de Direito Penal*. Tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SADALA, Maria Lúcia Araújo; MARQUES, Sílvio de Alencar. Vinte anos de assistência a pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil: a perspectiva de profissionais da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2369-2378, nov. 2006.

SEFFNER, F.; PARKER, R. A neoliberalização da prevenção do hiv e a resposta brasileira à aids. In: *Mito vs realidade sobre a resposta brasileira à epidemia de hiv e aids*. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. Rio de Janeiro:ABIA, 2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. São Paulo:Graal, 1984.

SOUZA, Herbert de. *A cura da Aids*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994

TERTO Jr, V.; CARVALHO, F.; VILLARDI, P. e VIEIRA, M. A luta continua: avanços e retrocessos no acesso aos antirretrovirais no Brasil. In: *Mito vs realidade sobre a resposta brasileira à epidemia de hiv e aids*. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. Rio de Janeiro:ABIA, 2016.http://abiadays.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Mito-vs-Realidade_HIV-e-AIDS_BRASIL2016.pdf Acesso em: 21 mar.2019.

TESSIER, Stéphane. *Épidémie à VIH et institutions socio-sanitaires: quelle réorganisation de l'espace médical?* In: BENOIST, Jean; DESCLAUX, Alice (Dir.). *Anthropologie et Sida*. Paris: Karthala, 1996.

UNAIDS. *Criminal Law, Public Health and HIV Transmission: a Policy Options Paper*. Geneva, 2002. Disponível em: <www.unaids.org>. Acesso em: 15 jun. 2014.

UNAIDS. *International Guidelines on HIV/AIDS and human rights*. 2006. Disponível em: <http://data.unaids.org/Publications/IRC-pub07/jc1252-interguidelines_en.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

UNAIDS. *Recomendação das Nações Unidas de 2002, Diretriz 4, estabelece as Diretrizes Internacionais sobre HIV/AIDS e Direitos Humanos*. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights and UNAIDS (2006), *International Guidelines on HIV/AIDS and Human Rights: 2006 Consolidated Version*. Disponível em: <http://data.unaids.org/Publications/RC-pub07/jc1252-interguidelines_en.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

UNAIDS. *Policy Brief: Criminalization of HIV Transmission*, 2008. Disponível em: <http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/_jc1601_policy_brief_criminalization_en.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das Pessoas Vivendo com HIV e AIDS. *Horiz. antropol.* [online]. 2002, vol.8, n.17 [cited 2018-06-04], pp.179-210. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 01047183. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832002000100010>. Acesso em: dez 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 309

Agrobiodiversidade 268, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Agronegócio 13, 271, 272, 273, 274, 275, 282, 283, 284, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 301

C

Conceito 16, 17, 22, 23, 32, 33, 37, 40, 92, 95, 104, 105, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 147, 174, 181, 205, 212, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 256, 273, 274, 284, 291, 295, 330, 332, 339

Constituição 2, 3, 4, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 42, 46, 49, 60, 62, 63, 68, 70, 72, 76, 90, 99, 102, 103, 104, 112, 120, 123, 129, 133, 134, 136, 137, 142, 143, 150, 152, 173, 180, 181, 182, 190, 191, 192, 203, 210, 211, 213, 225, 238, 243, 244, 246, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 273, 280, 283, 285, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 337, 338, 341, 343

Corte interamericana 1, 2, 5, 13

Criança 20, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 163, 189, 209, 210, 211, 309

Cultura de paz 86, 101, 235, 339, 340, 341, 345, 350

D

Direito 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 205, 206, 210, 224, 227, 229, 230, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 276, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352

Direito à imagem 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 72

Direito ambiental 239, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 266, 267, 273, 280

Direito migratório 102

Direitos humanos 1, 2, 4, 5, 13, 83, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 142, 144, 145, 153, 157, 165, 166, 167, 169, 180, 192, 198, 212, 217, 222, 225, 303, 304,

307, 308, 310, 324, 341, 352

Direito vivo 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338

E

Educação 83, 111, 112, 125, 129, 130, 131, 133, 134, 139, 145, 150, 151, 153, 156, 159, 160, 163, 198, 201, 204, 212, 233, 240, 241, 247, 249, 252, 253, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 314, 315, 319, 322, 339, 340, 341, 343, 352

Empoderamento 83, 143, 224, 226, 230, 231, 232, 235, 278, 339, 341, 343

Ensino jurídico 100, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323

Eugen Ehrlich 325, 326, 328, 336, 338

Ex-apenados 146, 147, 150, 154

F

Feminicídio 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 229, 235, 236

H

Humanismo 15, 16, 20, 21, 23, 27, 28, 156, 157, 158, 160, 161, 166

I

Idoso 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 309

J

Justiça restaurativa 73, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 160, 162, 163, 164, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 343

M

Mediação 34, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 290, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351

Meio ambiente 160, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 272, 273, 274, 277, 280, 281, 308, 352

Mídia 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 252, 272, 278, 280

N

Natureza 4, 17, 20, 21, 34, 42, 43, 48, 65, 66, 68, 76, 80, 85, 105, 106, 107, 128, 131, 159, 182, 218, 219, 231, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248, 250, 256, 257, 258, 260, 266, 270, 273, 274, 281, 288, 289, 294, 295, 299, 309, 333, 335, 343

O

Opressão 202, 203, 212, 309

P

Perspectiva Waratiana 312

Pessoas públicas 58, 62, 63, 65, 66, 69

Política criminal 156, 157, 158, 160, 163, 165, 173, 174, 177

Princípios constitucionais 30, 32, 39, 42, 45, 99, 113, 186, 190, 333, 348

Processo Judicial Eletrônico 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144

Programas policiais 178, 179, 186

R

Responsabilização ambiental 254, 255

S

Superlotação carcerária 168

T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 32, 45, 49, 58, 64, 65, 70, 80, 81, 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 136, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 168, 170, 178, 181, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 217, 222, 224, 233, 243, 255, 256, 270, 287, 297, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 317



V

Violência 73, 75, 82, 83, 84, 85, 130, 133, 159, 160, 171, 175, 179, 182, 183, 187, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 309, 340, 341, 346

Violência doméstica 73, 75, 83, 84, 85, 196, 197, 199, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)





A Natureza e o Conceito do Direito 3

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito 3

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2020